



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



* Obra editada e publicada em novembro de 2017



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussolleti

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter

Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger

Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelin | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnicos Administrativos:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profa. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2014*

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas, v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2014f.
1v.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra editada e publicada em novembro de 2017**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ENTRE VIRGENS VIDENTES E LÍDERES CABOCLAS: BREVE ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO	
<i>BETWEEN VIRGINS SEERS AND LEADERS CABOCLAS: BRIEF STUDY ON THE PARTICIPATION OF WOMEN IN THE CONTESTED SERTANEJA WAR</i>	
Rita Inês Petrykowski Peixe Analice Dutra Pillar	07
A BATALHA DO IRANI: CONSTRUÇÕES DE LEMBRANÇAS	
<i>THE BATTLE OF IRANI: BUILDING MEMORIES</i>	
Celso Vianna Bezerra de Menezes	25
O TEMPO MESSIÂNICO: UMA ANÁLISE HISTÓRIA E CULTURAL DO MESSIANISMO CAMPESSINO NO CONTESTADO (1912-1916)	
<i>THE MESSIANIC TIME: AN HISTORICAL AND CULTURAL ANALYSIS OF THE PEASANT MESSIANISM IN CONTESTADO WAR</i>	
Rui Bragado Sousa	37
ETNICIDADE E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DOS CASOS DE MAUS TRATOS E MORTES DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NA REGIÃO DO CONTESTADO (1908 – 1916)	
<i>ETHNICITY AND VIOLENCE: A STUDY OF CASES OF MISTREATMENT AND DEATHS OF FOREIGN IMMIGRANTS IN THE REGION OF THE CONTESTED (1908 - 1916)</i>	
Viviani Poyer	68
O MOVIMENTO DO CONTESTADO ATRAVÉS DE FONTES JORNALÍSTICAS: O CASO DO JORNAL “A FEDERAÇÃO” (PORTO ALEGRE, 1912-1916)	
<i>THE CONTESTADO MOVEMENT THROUGH JOURNALISTIC SOURCES: THE NEWSPAPER CASE “THE FEDERATION” (PORTO ALEGRE, 1912 – 1916)</i>	
Márcia Janete Espig	82

**A QUESTÃO DE LIMITES E OS USOS E "PERMANÊNCIAS" DOS MAPAS DO
CONTESTADO NA CARTOGRAFIA PARANAENSE**

*A QUESTION OF LIMITS AND USES AND "CONTINUITIES" OF THE CONTESTADO'S
MAPS IN THE CARTOGRAPHY OF THE PARANÁ*

Luiz Carlos da Silva
Roseli Boschilia 95

**TERRA E RESISTÊNCIA: AS DISPUTAS FUNDIÁRIAS NOS VALES DOS RIOS
NEGRO E IGUAÇU E SUA INFLUÊNCIA NA ADESÃO AO MOVIMENTO
SERTANEJO DO CONTESTADO, (1889-1917)**

*LAND AND RESISTANCE: THE LAND DISPUTES IN THE VALLEYS OF RIVERS
NEGRO AND IGUAÇU AND ITS INFLUENCE IN THE ADHESION TO THE BACKLAND
MOVEMENT OF CONTESTADO (1889-1917)*

Alexandre Assis Tomporoski
Soeli Regina Lima 108

**OS SISTEMA DE TRABALHO ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE
TERRAS, LAGES-SC (FINAL DO SÉCULO XIX - INÍCIO DO SÉCULO XX)**

*SYSTEMS WORK THROUGH THE PROCESS OF LAND LEGITIMATION, LAGES - SC
(END OF THE CENTURI XIX - EARLY XX)*

Janaina Neves Maciel 119

SENSIBILIZANDO O OLHAR: O CONFLITO DO CONTESTADO NA SALA DE AULA

SENSITIZING THE LOOK: THE CONFLICT OF CONTESTADO IN THE CLASSROOM

Mariana Carmona Braga
Raisa Sagredo 133

**SINGULAR, EXEMPLAR E UNIVERSAL. CRIMES E CASTIGOS NA CAMPANHA DO
CONTESTADO**

*UNIQUE, EXEMPLARY AND UNIVERSAL. CRIME AND PUNISHMENT IN
CONTESTADO WAR*

Rogério Rosa Rodrigues 144

A BATALHA DO IRANI: CONSTRUÇÕES DE LEMBRANÇAS¹

THE BATTLE OF IRANI: BUILDING MEMORIES.

Celso Vianna Bezerra de Menezes²

Resumo: Este artigo discute as contribuições das ciências sociais brasileira sobre os fenômenos milenaristas e messiânicos buscando outra leitura para os movimentos messiânicos no Brasil, mais especificamente dos eventos da chamada Guerra do Contestado. Propomos, portanto, um olhar sobre o fenômeno do messianismo capaz de ultrapassar algumas interpretações que só distinguem nestes movimentos características do “atraso”. Ao demonstrar que imaginário está inextricavelmente ligado a poder, poderemos restituir a estes sertanejos a condição de legítimos agentes históricos.

Palavras-chave: Imaginário; messianismo; antropologia histórica; processo histórico.

Na madrugada do dia 22 de Outubro de 1912, tropas do Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná levantam acampamento do local denominado Caçadorzinho e se põem em marcha em direção ao Faxinal dos Fabrícios, onde estavam acampados o Monge José Maria e seus companheiros. Quando o dia clareava e o Batalhão se encontrava no Banhado Grande do Irani, um pequeno grupo de bombeiros fez um breve tiroteio contra as tropas do Governo.

O Coronel João Gualberto, comandante do Batalhão, dispõe então seus homens em linha de fogo. Momentos após, um grupo de aproximadamente 200 homens, comandados pelo próprio Monge José Maria, ataca a força policial composta de 56 homens. Dá-se, então, um renhido combate que dura aproximadamente meia hora. Como resultado, inúmeros feridos e vários mortos. Das forças policiais foram 10 os mortos, inclusive o Comandante, Coronel João Gualberto. Do grupo do Monge foram 11, inclusive o próprio Monge.

O Monge, acompanhado de 40 homens, havia chegado a Palmas no dia

¹ Este artigo é parte de um texto mais longo que, por imperativos de espaço e tempo alheios à nossa vontade, publica-se em separado. Este se apresenta mais analítico, o outro, mais descritivo-histórico. Algumas repetições aparecem em um e outro texto justamente para a inteligibilidade de suas leituras em separado.

² Universidade Estadual de Londrina. Professor Adjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: cvbmenezes@uel.br

14 de Outubro vindo de Taquaruçu, de onde tinha fugido da perseguição do Coronel Albuquerque, chefe político de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. O Batalhão da Força Pública do Paraná foi mobilizado atendendo a um pedido do Chefe de Polícia de Santa Catarina, feito nos seguintes termos:

Doutor Chefe de Polícia, Curitiba. Herval doze de Outubro de mil novecentos e doze. Peço vosso valioso auxílio determinar polícia de palmas ir encontro bando de criminosos José Maria prendel-os ou dissolvê-os. Guarnecemos rio do peixe afim deixar bandidos cercados. Força federal pleno acordo prestará valioso auxílio. Resposta Campos Novos. Saudações. (assinado) Salvio Gonzaga (PROCESSO³,1913, p.194).

A leitura deste telegrama altera a possibilidade de ver no grupo de José Maria, como foi considerado naquele momento, um invasor de “territórios paranaenses”, àquela época em litúgio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. De qualquer forma, apesar da solicitação das autoridades catarinenses, as medidas tomadas pela Presidência do Estado do Paraná foram mais cautelosas, como se depreende da ordem expedida um dia após o recebimento do telegrama citado:

Sala das Ordens do Palácio da Presidência do Estado do Paraná: Curitiba treze de Outubro de mil novecentos e doze. O Excelentíssimo senhor Doutor Presidente do Estado manda publicar, para conhecimento do Regimento de Segurança e devida execução, o seguinte: Diversas Ordens. Embarque. Providenciar no sentido de que siga para o Porto União da Vitória com destino a Palmas, com a máxima urgência, o Batalhão de Infantaria do Regimento de Segurança sob o vosso comando, equipado a meia marcha e com a munição necessária para **guarnecer a referida cidade de Palmas e defende-la do ataque do bando armado capitaneado por José Maria**, conforme comunicação do Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina (Idem, p. 225. Grifos nossos).

As ordens foram, portanto, para guarnecer e defender a cidade de Palmas. No entanto, vários depoimentos atestam que a atitude do Comandante do Regimento foi outra: “... tendo na ocasião o Coronel Gualberto declarado que na madrugada seguinte atacaria o acampamento do Monge, que se assim não procedesse ele Gualberto se considerava desmoralizado pela Nação

³ O Processo em que se acha registrado esse evento que acabamos de citar será a única fonte primária que usaremos neste texto. Ele é um processo instaurado pela Justiça Pública no Juízo de Direito da Comarca de Palmas, município do Paraná, em março de 1913, para averiguar os fatos ocorridos no dia 22 de outubro de 1912, no lugar denominado “Banhado Grande do Irany”. Além de averiguar os fatos ocorridos, o Processo é instaurado para a “formação de culpa”, ou seja, punir os culpados atendendo denúncia da Promotoria Pública. Doravante citado como Processo, seguido da página do manuscrito.

Brasileira” (Idem, p.51, verso). Esta atitude do Coronel Gualberto estava de acordo com a carta que, no dia anterior, ele enviara ao Monge José Maria:

Acampamento do Regimento de Segurança do Paraná, nos Campos do Irany, em 20 de Outubro de 1912.

Sr. José Maria.

Deveis comparecer com a maior urgência, a fim de me explicardes o motivo da reunião de gente armada em torno de vossa pessoa alarmando os habitantes dessa Zona e infringindo as leis do Estado e da República.

Caso não atenderdes a esta intimação que me ditam o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que dar-vos-ei já franco combate e a todos que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio afim de fazer voltar a esta Zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham que os considerarei criminosos se não concordarem com o vosso comparecimento no meu acampamento evitando por essa forma terrível desgraça. Comunico-vos ainda que além das forças minhas que vos sitiam por vários estados outras expedições vos perseguem também tornando-se por essa forma impossível vossa fuga ou resistência no território nacional. No caso de resistência, deveis fazer retirar com urgência as mulheres e as crianças que aí estiverem. Assinado Coronel João Gualberto Comandante do Regimento de Segurança (Idem, p.180, verso e 181).

Como dissemos, o Monge José Maria tinha vindo de Campos Novos perseguido pelas forças policiais catarinenses a mando do Coronel Albuquerque, de Curitiba. Depoimentos dão conta de declarações do Monge que dizia “que sua atitude era toda pacífica, desejando fazer um pequeno descanso em Irany e seguir para Mato Grosso, mas, também, declarou sempre a todos quantos o ouviam: que nada tinha com o Paraná, mas que se fosse atacado brigaria”(Idem, p. 178 e 179).

Por volta do dia 18 de Outubro, o Monge, informado do deslocamento de tropas em direção ao seu acampamento, pede o auxílio de dois indivíduos para intermediarem um acordo com as autoridades paranaenses. Conforme o depoimento do próprio “Coronel” Domingos Soares, Superintendente da cidade de Palmas,

... depois de duas léguas de marcha quando se achavam no rincão da cavallhada encontraram-se com José Julio Farrapo e João da Costa Varella, que vinham como emissários do Monge e declararam ao depoente que o Monge não tinha intenção de brigar e não estava em posição hostil, a qualquer dos Governos, quer deste Estado quer do de Santa Catarina e que pedia ao depoente que fosse ter uma conferencia com ele, pois desejava evitar qualquer desordem, porque ele monge estava resolvido a resistir caso fosse atacado... (Idem, p. 244).

No dia 20, numa reunião do “Coronel” Domingos e do Comandante Gualberto e seus oficiais, ficou acertado que aquele, o Sr. Octávio Marcondes, gerente da Fazenda Irani, e os emissários do Monge deveriam ir “ao

acampamento do Monge e o convidasse a vir apresentar-se ao Comandante e aconselhasse o povo que se dissolvesse...” (Idem, p. 245). No dia seguinte, na reunião com o Monge, este, segundo o “Coronel” Domingos Soares, teria dito “que não iria porque não confiava no Comandante e temia ser maltratado, em vista de seu ultimatum que o ameaçava sem que houvesse motivo para isso, pois se dessem vinte e quatro horas de prazo para reunirem seus animais ele dissolveria o pessoal da zona e seguiria com os seus companheiros para Santa Catarina; que o depoente confiado na distância em que se achavam as forças policiais e no critério do Comandante isto concedeu-lhe” (Idem, p.245, verso). Porém, no mesmo dia, quando retornaram ao acampamento,

chamando o Comandante Gualberto para o lado ele depoente (“Coronel” Domingos Soares) e seus companheiros fizeram-lhe ver tudo que tinha sido combinado e observado no acampamento do monge; [...] que nessa conferência fez ver ao Comandante que tinha prometido ao monge o prazo de vinte e quatro horas e que sua força era insuficiente para dar combate àquele povo e pedia-lhe encarecidamente que não fosse, aguardasse o reforço que estava em marcha pois sem este reforço se sacrificaria e sacrificaria toda a força que comandava; [...] ele respondeu-lhe que não atenderia porque já se julgava desmoralizado perante o governo e o Exército do qual fazia parte e nessa mesma madrugada iria bater o Monge... (Idem, p. 247).

No outro acampamento, o do Monge e seus companheiros, os “bombeiros” chegavam com a informação: aiminência do ataque das forças do Governo. Neste momento, o Monge diz, após muitos vivas que partiram do povo, “alegrem o coração rapaziada”, em seguida partiu em direção ao campo (Idem, p. 82).

Segundo Oswaldo Cabral, a batalha do Irani foi um marco ou um ponto de inflexão no que se convencionou chamar de Guerra do Contestado: “Iniciava-se, assim, a 22 de Outubro, a campanha, a luta armada do Contestado. O sangue fora derramado. Quando isto acontece, o ódio penetra no coração dos homens. O desejo de vingança exige mais sangue. (...) As profecias do seu antecessor iriam realizar-se: – viria a guerra (CABRAL, 1960, p. 185/6).

Era um grupo de sertanejos, um grupo de homens que queriam “rezar em paz”, até o aparecimento de José Maria que

foi, ao que tudo prova, um aproveitador da fama deixada na região pelos dois João Maria – fama que ambos haviam conquistado pelo seu alto espírito humanitário e pelo seu exemplo. Mas não lhes seguia os passos no caminho do bem”. A partir deste momento, o “perigo era o do ajuntamento que crescia e crescia porque se tratava de gente sem trabalho, sem economia, sem ocupação. Era um ajuntamento, uma concentração dos marginais a que nos referimos, dos desajustados, que viam, numa oportunidade destas, uma ocasião para resolver, quem sabe, a gravidade dos seus problemas. Tais ajuntamentos constituíam, evidentemente, uma ameaça (Idem, p. 192/3).

Um artigo do jornal “O Trabalho”, de Curitiba, Santa Catarina, sem data, mas provavelmente de alguns dias após o combate, intitulado “Uma Carta” e que se encontra anexado ao Processo, nos dá uma ideia das consequências suscitadas pelo combate e a possibilidade de outra interpretação dos fatos:

Fanáticos mortos e feridos no combate do Irany, no dia 22 de Outubro.

Como epílogo da falada “fita” apresentamos aos nossos detratores o extrato de uma carta transmitida, após o combate do Irany, por um sobrevivente dos inofensivos, à sua mulher, no Taquarussú.

Esta carta foi apreendida por s. ex.cia. o sr.dr. Desembargador quando de regresso de Campos Novos passou pelo primitivo arraial dos fanáticos. Dá-nos o número dos mortos (13) e feridos (7)...” (segue os nomes de mortos e feridos). Rematava a carta a insinuante nota: “Por ser verdade podem voltar José Maria e os mortos” Queria dizer com isto, segundo é opinião corrente entre eles, que os mortos debaixo do comando do monge hão de ressuscitar.

Os mortos e feridos faziam parte dos apóstolos e pares, motivo por que deviam primeiro entrar em luta. O grosso da horda fazia a retaguarda e segundo consta não entrou em ação.

Santo Deus! Suprema ignorancia! Um fascínora, um bandido, fugindo à ação da Justiça se faz de monge e ainda encontra quem o acolha e nele acredite, até mesmos em seus poderes sobrehumanos! (PROCESSO, p. 213).

Não se trata, pelo menos neste momento, de fazer uma análise deste artigo, mas tão somente assinalar que, afora o julgamento de valor nele impresso com os termos fanáticos, horda, facínora, bandido etc., ele aponta para a crença dos seguidores do Monge José Maria na sua ressurreição e de seus companheiros mortos no Combate do Irani. Seria bom lembrar, como já foi assinalado por vários estudiosos do Contestado, que no local do combate foram encontrados vários corpos de soldados e de paisanos “e em um cercadinho próximo estava morto o celebre Monge José Maria que apresentava um ferimento no peito, produzido por bala” (Idem, p. 97, verso). Conforme depoimento do Subcomissário de Polícia do Distrito, chegando ao local do combate “então abriu duas grandes covas, próxima ao Banhado, e em uma delas sepultou os sargentos e praças e em outra os paisanos do grupo do Monge e que o cadáver deste ficou em uma sepultura rasa sem terra por cima, nos fundos da casa, onde já o encontrou e aí mesmo o deixou...” (Idem, p. 168). Ele estava numa cova aberta, coberta apenas com umas tábuas, de forma a tornar mais fácil a sua ressurreição. Seguindo as análises de Duglas Monteiro (1974), podemos observar, a partir do citado artigo de “O Trabalho”, duas reações concomitantes: de um lado, vemos que o caráter sagrado do Monge passa a lhe ser atribuído imediatamente após sua morte; de outro, altera-se o estatuto do Monge e seus seguidores pela sociedade inclusiva que, após o combate, passa a considerá-los como bandidos, ou seja, um “caso de polícia”.

Duglas Monteiro também considera o combatedo Irani um evento de liminaridade, um drama que corta todo o movimento rebelde em duas fases distintas, porém, com uma interpretação diferente da que lhe deu Oswaldo Cabral. Como ele brilhantemente assinala, assiste-se a uma divinização da vítima:

Como o deus que morre após vencer o dragão, no drama da formação da santa irmandade não falta nem mesmo uma teomaquia. O combate do Irani, em escala microcômica, pode ser entendido como a antevisão do que, em escala macrocômica, seria a Guerra Santa. (...) Seja como for, uma coisa é certa. Após o combate do Irani, ocorre um desenlace, uma quebra da barreira entre o sagrado e o profano expressa pela passagem do santo compadrio para a santa irmandade (MONTEIRO, 1974, p. 155/156).

Como conclui o autor, citando Roger Caillois: “Rompido este limite, não há mais retorno possível. É preciso caminhar sem cessar na via da santidade ou na da danação, que bruscamente se juntam por imprevisíveis atalhos” (Idem, p. 157).

Santidade ou danação? Ou seria, santidade e danação? Talvez o Diabo dentro de Deus, “uma coisa dentro da outra, tudo é e não é” como, aliás, é próprio da ambiguidade, ambiguidade em movimento, imagem que norteia a interpretação que Walnice Galvão (1972) dá do romance Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa: “Se por um lado tudo é Deus, por outro lado nenhum domínio é defeso ao Diabo. (...) O Diabo, algo concretizado e corporificado no meio de algo móvel e envolvente como o redemoinho, é a imagem-mor do certo no incerto.” (GALVÃO, 1972, p. 128/9) A autora frisa que não se trata de contradição, mas de ambiguidade, analisada inicialmente na matéria. Mencionaos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e Maurício Vinhas de Queiroz (1981) ejustifica:

O tratamento de uma matéria como essa em termos de novela da cavalaria prende-se a dois fatores. Um, a sobrevivência verificável do imaginário medievalno sertão brasileiro, seja na tradição oral, seja no romance de cordel. Outro, o pendor irresistível que têm os letrados brasileiros, dentro e fora da ficção, para representar o sertão como um universo feudal. O primeiro fundamenta, portanto, a verossimilhança; o segundo entra em tensão com aquele por veicular representações que servem a propósitos de dominação.(GALVÃO, 1972, p. 12).

Observa-se, no primeiro dos fatores, momentos onde História e estória se confundem, o acontecido ontem e o acontecido em tempos remotos habitam o mesmo universo.

Nesta linha de pensamento e com uma perspectivaantropológica da cultura que enxerga nesta uma organização da experiência e da ação humanas

por meio simbólicos, é que podemos explorar estes fatos e eventos como uma “visão de mundo que, no caso brasileiro, conformam, na longa duração da História, o ethos de uma cultura desde os primórdios da nossa formação”, o ethos barroco ou heranças barrocas, no dizer de Maria Lúcia Montes (MONTES, 1998, p. 144). A autora, analisando as “heranças barrocas e a cultura da festa na construção da identidade brasileira”, define o significado que empresta ao termo barroco:

Significa a tradução de uma experiência de mundo marcada pela contradição que cinde sem separar totalmente e integra demodoprecário duas metades indissociáveis de uma vivência ao mesmo tempo moderna e arcaica: de um lado, o sentimento moderno do poder criador do indivíduo, livre das amarras teológicas e sociais que em outras eras restringiam sua capacidade infinita de experimentação e expressão; de outro, o sentimento arcaico da sua limitação radical, em face de um mundo que, material e espiritualmente, escapa ao seu controle. Filho da Contra Reforma, o barroco é obrigado a restaurar a ideia de uma ordem em que a natureza, a vida social e o poder político se suspendem a uma esfera sobrenatural já desde sempre predeterminada, ao mesmo tempo em que não quer de todo abrir mão da descoberta do poder criador do homem. Disso resultaria não só uma estética, mas uma visão de mundo, tensionadas ao extremo – uma estética e uma visão de mundo que oscilam entre extremos, precipitando-se da vertigem da liberdade ao abismo da impotência, diante do que desde todo o sempre é imutável (Idem, p. 148/9).

É esta concepção barroca de vida que é possível perceber no universo dos “fiéis do Contestado”. Segundo Duglas Monteiro, assistimos a uma redução progressiva da distância entre profano e sagrado que encontra na festa, que de efêmera e cíclica ganha a marca da permanência, um conteúdo especial de transgressão:

a festa religiosa adquiriu concreção. Perdeu o seu caráter de comemoração ou de rememoração para tornar-se uma das expressões da presença real do sagrado e do contato efetivo com o sobrenatural. As lutas dos Pares de S. Sebastião contra os infiéis não são representações, mas embates reais (MONTEIRO, 1974, p. 170).

Esta postura nos possibilita outro entendimento destas “heranças”, ou seja, entendê-las não como simples sobrevivência, mas como forma viva de cultura em que estas matrizes simbólicas são ressignificadas em função de um contexto específico, onde podemos perceber as permanências e as continuidades, mas, também, as transformações, as rupturas e a produção de novos significados (MONTES, 1998, p. 155) ou, como afirma Marshall Sahlins, “plus’estlamêmechose, plusçachange” (SAHLINS, 1995, p. 7). Ademais, nos permitirá romper com certo dualismo maniqueísta observado tanto na visão dos participantes dos movimentos messiânicos quanto nas versões que interpretaram tais eventos, conforme já apontamos na citação do

estudo de Walnice Galvão quando trata das considerações feitas a respeito dos sertanejos. Trata-se da oposição sertão/litoral, e depois, daquela entre orural e o urbano. Conforme aponta Alba Zaluar Guimarães, num estudo bibliográfico dos Movimentos Messiânicos Brasileiros (GUIMARÃES, 1979), a dicotomiacriadois polos construídos em tipos ideais dasociedade rural e da cidade. “Essa tipificação termina num impasse: perdem-se os processos de mudanças que atingem um e outro polos, como por exemplo a expansão do capitalismo, bem como as relações que estabelecem entre si, estas igualmente em transformação” (Idem, p. 13). O julgamento da sociedade rural pode ser negativo, quando seus componentes são considerados atrasados, fanáticos, bandidos; ou positivo, que vai considerá-los ingênuos, místicos ou católicos ortodoxos. De qualquer maneira, trata-se de marcar fronteiras, criar símbolos e signos de alteridade. Enfim, afirma a autora, trata-se de um “projeto de hegemonia em que tanto a exclusão dos subalternos enquanto atores legítimos da política quanto sua exclusão à cultura legitimada são elementos essenciais”(Idem,p. 12). Romper com esta dicotomia nos moldes propostos por Carlo Ginzburg, a partir das reflexões de M. Bakhtin e seu conceito de “circularidade” cultural (BAKHTIN, 1996), um relacionamento circular feito de influências recíprocas, o oposto do “conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa” (GINZBURG, 1998, p. 13), nos permitirá, portanto, ver nestes “sertanejos” legítimos atores históricos e superar “a posição de quem distinguia nas ideias, crenças, visões de mundo das classes subalternas nada mais do que um acúmulo desorgânico de fragmentos de ideias, crenças, visões de mundo elaborados pelas classes dominantes provavelmente vários séculos antes” (Idem, p. 17). No caso que tratamos, deixar de representar o sertão como um universo feudal, conforme apontou Walnice Galvão (GALVÃO, 1972, p. 12).

Nosso trabalho, usando como fonte primária tão somente o “Processo” citado, não pretende, nem poderia, aliás, quererreformular asanálises efetuadas, até o momento, sobre o que se convencionou chamar de Movimento Messiânico do Contestado: desde o pioneiro e clássico estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, 1957); o criterioso estudo histórico e analítico de Maurício Vinhas de Queirós (QUEIROS, 1981); a sofisticada análise de LaísMourão Sá (SÁ, 1974); o atualíssimo trabalho de Duglas Teixeira Monteiro (MONTEIRO, 1974), para citar somente as obras mais marcantes. Pretendemos, isto sim, a partir desta extensa e rica literatura e de um “diálogo” entre as obras, empreender a análise do acontecimento, ou seria a análise das construções do evento, que como tão bem disse Duglas Monteiro (MONTEIRO, 1974, p. 155), pode ser considerado uma antevisão da Guerra Santa do Contestado. Dissemosconstruções do evento, pois que

procuraremos compreendê-lo como um acontecimento que se faz e se desfaz, pois como afirma Duglas Monteiro: “se o drama do monge foi uma Paixão, em termos objetivos, a condição necessária para afirmá-lo depende inteiramente do modo pelo qual a Santa Irmandade incorporou os eventos concretos a ele ligados ao seu universo de significados” (Idem, p. 156). Trata-se, então, da relação entre estrutura e evento que o pensamento ocidental pressupõe, assim como acontece com a oposição corolária entre estabilidade e mudança, que sejam antitéticas: contrários lógicos e ontológicos. Essa distinção atravessa outras dicotomias “até confundir história com mudança, como se a persistência da estrutura através do tempo não fosse histórica” (SAHLINS, 1990, p. 180/181). O que podemos observar nos fatos que relatamos, no entanto, é que a “cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. Toda mudança prática também é uma reprodução cultural. No final, quanto mais as coisas permanecem iguais, mais elas mudam, uma vez que tal reprodução de categorias não é igual. Toda reprodução de cultura é uma alteração”. Aquilo que está em questão é a existência de estrutura na história e enquanto história (Idem, *ibidem*). O artigo do jornal citado é exemplo de como cosmologias diversas, sem que as pensemos como visões fechadas em si, encontram significâncias históricas distintas para os acontecimentos, uma reavaliação funcional dos significados na ação.

O trabalho com um Processo Judicial acarreta vários problemas e devemos considerá-los com bastante cuidado. Como aponta Alba Zaluar, os registros dos movimentos messiânicos padecem de um mesmo mal, pois que são registros quase que exclusivamente de elite, onde “os testemunhos dos que participaram dos movimentos aparecem sob o filtro próprio da imprensa ou dos processos judiciais instaurados contra eles ao final das campanhas” (GUIMARÃES, 1979, p. 9). Este, aliás, é justamente o caso que estamos analisando onde 64 moradores do Irani são denunciados no Processo, conforme aponta o Comissário de Polícia em sua conclusão do Inquérito, “que tendo José Maria vindo de Campos Novos com quarenta homens apenas, e tendo sido as forças legais atacadas por duzentos homens ou mais, tal como concordam os depoimentos, é claro que a maioria dos atacantes dominados pelo fanatismo, era constituída de pessoal do Irany (fls. 65)” (PROCESSO, p. 190). De outro lado, percebe-se em inúmeros depoimentos a tentativa em negar a participação dos indivíduos nas forças que combateram ao lado do Monge José Maria: o caso exemplar é de um adolescente de 14 anos, de nome José Pinheiro dos Santos, que no final de um longo depoimento declara que

Firmino Sapateiro recomendou a ele que quando fosse perguntado sobre o combate, contasse que Miguel tinha tomado parte saliente no combate, ao lado do Monge, recomendando-lhe também que não fizesse referências a pessoa dele Firmino Sapateiro, nem a seu cunhado Guilherme que faleceu, em consequência dos ferimentos recebidos no combate, onde esteve ao lado do Monge; que Jacinto Ferreira e João Veneranda aconselharam ele respondente a que não contasse que eles tomaram parte no combate (Idem, p.103, verso e p. 104).

Assim sendo, se levarmos em conta a fuga, logo após o combate, dos indivíduos que vieram com o Monge de Santa Catarina, e que todos os denunciados – 64 ao todo – eram “residentes no distrito Policial do Rio do Peixe, município de Palmas” (Idem, p.2, verso), poderemos supor o constrangimento dos depoentes ao se verem na obrigação de denunciar compadres, amigos ou parentes. E, finalmente, devemos considerar que o Inquérito e o Processo foram conduzidos à procura, tão somente, das provas da participação, ou não, dos indivíduos no combate contra as forças do Governo, assim sendo, os depoimentos são, em sua maioria, descritivos e sucintos, obrigando-nos a uma leitura cuidadosa e, quase sempre, nas entrelinhas do texto.

É a partir de tais referências que este trabalho procura analisar um único evento, usando como fonte primária tão somente o “Processo” citado. Por certo, ele não tem a pretensão de reformular as análises efetuadas, até o momento, sobre o que se convencionou chamar de Movimento Messiânico do Contestado. Pretendemos isto sim, a partir desta literatura, embora privilegiando, até certo ponto, a linha interpretativa seguida por Duglas Monteiro (1974), empreender a análise do acontecimento, ou a análise das construções do evento, o qual, como tão bem disse este autor (MONTEIRO, 1974, p.155), pode ser considerado uma antevisão da Guerra Santa do Contestado. Dissemos construções do evento, pois procuramos compreendê-lo como um acontecimento que se faz e se desfaz, já que, afinal, ele só existe pelo que dele se diz (DUBY, 1993, p. 11). Como afirma Duglas Monteiro, “se o drama do monge foi uma Paixão, em termos objetivos, a condição necessária para afirmá-lo depende inteiramente do modo pelo qual a Santa Irmandade incorporou os eventos concretos a ele ligados ao seu universo de significados” (MONTEIRO, 1974, p. 156). Procedemos a uma análise da relação dialética que se estabelece entre estrutura e evento, mito e história, sagrado e profano.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC/ Brasília : UNB, 1993.

CABRAL, Oswaldo. **João Maria**. Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As Formas do Falso**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Os Movimentos “Messiânicos” Brasileiros: Uma Leitura**. BIB. Rio de Janeiro: n. 6, p. 9-21, 1979.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTES, Maria Lúcia. **Entre o Arcaico e o Pós-Moderno**. Heranças Barrocas e a Cultura da Festa na Construção da Identidade Brasileira. Sexta Feira. São Paulo: Pletora Ltda, n. 2, p. 142-159, abr. 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La “Guerre Sainte” au Brésil**: Le Mouvement Messianique du “Contestado”. São Paulo: FFCL da USP, Boletim n. 187, Sociologia I, n. 5, 1957.

QUEIROZ, Maurício Vinha de. **Messianismo e Conflito Social:** a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

SÁ, Laís Mourão. **Contestado:** a Geração Social do Messias. Cadernos. São Paulo: CERU, n. 7, p. 59-98, 1974.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Historical Metaphors and Mythical Realities.** Michigan: The University of Michigan Press, 1995.

Abstract: This article discusses the Brazilian social sciences contributions to milenarist and messianic movements seeking to achieve another reading to the Brazilian messianic movements, more specifically to the events of the so called Guerra do Contestado. Therefore we propose a new point about the messianic phenomenon, in order to go beyond some interpretations which only distinguish at these movements the characteristics of “retardments”. Demonstrating that imaginary is inextricably connected to power, we may retribute to these sertanejos their legitimate historical agents condition.

Key-words: Imaginary; historical anthropology; Messianism; historical process.
